

## **CAPÍTULO II**

### **BASES CONCEITUAIS E PEDAGÓGICAS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

**Educação Ambiental e Mobilização Social para Implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos.**

### **EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARANHÃO**

**2001-2001**

**Responsável Técnico  
Prof. João Clímaco**

## **8 -UMA VISÃO CONCEITUAL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

O ponto de partida é a construção do conceito da mobilização social fundamentado a partir da experiência dos cidadãos e que se assegure o processo de implementação da gestão dos recursos hídricos na Bacia Piloto do Rio Maranhão. Pois, normalmente, na execução dos Planos Diretores de Bacia financiados por Agências externas, a Mobilização Social se expressa como uma ação funcional de causa e efeito, comumente relacionada a eventos pontuais, tipo audiência pública ou assemelhado . Na verdade, a mobilização Social é um processo social atemporal, de grande abrangência, consistência e com íntima relação com a construção da cidadania e gestão democrática do Estado, tendo no esforço pela preservação da vida e da água, sua força original.

Rompendo com a visão funcional da “mobilização social“ como uma resultante de um “cronograma de reuniões”, aqui ela passará a ser entendida como processo dinâmico, emancipador, permanente cheio de sentido com resultado prático na qualidade de vida das pessoas. A importância da água pode nesse contexto, derivar para outras ações multiplicadoras que reforcem concomitantemente o conceito de desenvolvimento local sustentável e integrado.

Assim, ela não se encerra somente na efetivação de um número estabelecido de eventos com as comunidades e setores sociais que estão na Bacia Hidrográfica, e sim, na conjugação de fatores e ações que se traduzam na participação efetiva dos cidadãos nas decisões relativas a gestão dos recursos naturais na Bacia Piloto do Rio Maranhão .

### **8.1 - Mobilização Social, Conceito**

A mobilização social como categoria sociológica diz respeito ao papel de grupos sociais no estado de movimento para conquista de algum direito coletivo, conquista de atendimento de alguma reivindicação ou afirmação de sua identidade sócio cultural ou política. A Mobilização Social também pode ser vista como um estado da situação social de um grupo em um contexto específico. Também pode ser entendida como um evento social subjacente à uma função de mobilizar uma sociedade ou grupos sociais para um objetivo que tanto pode ser amplo, difuso ou restrito a um fim que é determinado por outrem. Diferente, portanto, do conceito de mobilidade social que diz respeito à condição do indivíduo na estrutura social. A Mobilização Social está intrinsecamente ligada à construção da identidade histórica de qualquer grupo ou sociedade e por isso deve ser entendida como algo dinâmico e vivo e diz respeito também a condição passiva ou ativa de um grupo frente a estrutura econômica e política de um território.

### **8.2 - Mobilização Social e Estado**

Historicamente, a visão da mobilização social no Brasil pode ser vista para explicar aspectos macro da mudança social no país, bem como aspectos particulares, notadamente para se analisar os movimentos sociais em território delimitado. Nesse sentido, chama a atenção na história do Brasil, a polarização que se deu entre os interesses das elites e os interesses do resto da sociedade. O Estado, nesse contexto, apareceu sempre como executor e legitimador dos interesses das elites e atuou, quase sempre, como seu guardião com papel repressor da mobilização da sociedade, desde a colônia até os dias atuais, ainda que de maneira mais sofisticada. São exemplos típicos os principais momentos ou fases da nossa história, onde a hegemonia de um grupo social tendia a ser superada por outro grupo, como na revolução de 30, no processo de industrialização e nos movimentos sindicais.

Entre as décadas de 60 e 70 os movimentos sociais no Brasil foram profundamente afetados pela ausência do Estado de Direito decorrente do golpe militar de 1964. A mobilização da sociedade brasileira reduziu-se praticamente a eventos ufanistas de apoio ao regime militar que repreendeu com mão de ferro os movimentos sociais e suas lideranças. Este período causou um grande impacto negativo na evolução do processo político brasileiro, principalmente com o podamento de novas lideranças, atrasando o processo de construção da democracia brasileira e reforçando um modelo de estrutura social marcada por imensas desigualdades sociais e econômicas, com efeitos diretos na construção da cidadania e na participação política dos grupos sociais mais desassistidos. No plano econômico, vimos o fortalecimento do capitalismo no Estado, sendo este, o indutor de grandes projetos de infraestrutura estratégicos para a economia do país. Nesse contexto sócio político nem de longe poderia haver a consideração da variável ambiental e social, o que caracterizou profundamente nosso modelo econômico.

O começo da falência desse modelo econômico concentrador e politicamente excludente começou a se evidenciar já no final da década de 70 com as consequências da crise do petróleo e o rearranjo do processo de acumulação capitalista internacional com a queda de investimentos externos, apontando a necessidade de novos rumos no plano político e econômico, como uma abertura lenta e gradual.

Por outro lado, começava-se a esboçar novos movimentos sociais que se contrapuseram ao regime com mobilizações em torno de direitos sindicais e da anistia e que colocaram uma nova agenda de reivindicações políticas exigindo o fim do estado de exceção e a reconquista da cidadania com restabelecimento de direitos fundamentais. Finalmente tivemos as grandes mobilizações pelas eleições diretas que podemos afirmar, se constituiu num grande marco divisor que mostrou a força latente da mobilização da sociedade brasileira em busca da afirmação de seus direitos e da cidadania.

### **8.3 – Mobilização Social e Políticas Públicas**

Já nos primeiros cinco anos da década de 80 começaram-se a efetivar mudanças no planejamento e execução de políticas públicas que apresentavam o fator mobilização social e rearranjo institucional do aparelho estatal como fatores importantes para consecução de programas e projetos de desenvolvimento local. Sem entrar no mérito dos fatores determinantes desse processo, o certo foi que o item mobilização social foi inúmeras vezes requisitado nos planejamentos, como indicador fundamental para viabilização de programas notadamente os

de desenvolvimento para o meio rural. Chama a atenção o fato desses projetos serem, na sua maioria, financiados por Agências internacionais, que enfatizavam a necessidade da participação social como condição fundamental para o alcance de metas e liberação dos recursos previstos. Nesse contexto, o Estado, e por traz dele as Agências externas, começaram a aparecer como indutores da mobilização social em políticas setoriais com vistas à execução desses programas e projetos sociais locais, ou seja, os programas só adquiriam legitimidade se a participação social na sua execução fosse evidente, situação até então inadmissível no regime anterior ainda em fase final.

Afora isso emergiam movimentos e mobilizações em todo o País, ampliando os espaços até então conquistados. Pode-se assinalar no âmbito dos movimentos sociais brasileiros as primeiras afirmações inequívocas que abordavam a degradação do meio ambiente, acentuada pelo modelo de desenvolvimento vigente, até então ignorado pelos militares. Podemos afirmar portanto, que mesmo considerando o impulso latente na sociedade brasileira por mudanças, foi importante o papel das agências multilaterais de desenvolvimento nesse processo.

A falência do modelo econômico e político propugnado pelo regime anterior também evidenciou as chagas de uma devastação ambiental sem precedentes. Os movimentos ambientalistas se ampliaram e se articularam em escala mundial através de organizações não governamentais que buscavam um meio ambiente mais saudável, o desenvolvimento equilibrado com a natureza e a exigência de medidas e ações concretas com vistas a minimizar os desequilíbrios causados pelo modelo econômico predatório. Foi uma situação mundial e no Brasil iniciou-se a institucionalização de políticas públicas e legislação voltadas para conciliar o desenvolvimento com uma outra racionalidade na exploração dos recursos naturais. Foram criadas legislações específicas para o meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental.

## **9 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL – UMA VISÃO CONCEITUAL**

A educação pode ser um instrumento valioso para a divulgação de questões ambientais e a sensibilização da população a respeito da necessidade de conservação, preservação e do uso racional dos recursos naturais. O conhecimento abordado pela educação ambiental inclui muito mais que a temática biológica, abrangendo os mais diversos aspectos da relação humana com os meios físico, social, cultural, político, econômico, ético, científico e histórico - os quais fazem parte de uma cadeia, da qual depende um desenvolvimento humano mais justo e equilibrado.

Baseado nessa visão, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal propõe algumas linhas de ação em educação ambiental, sendo as principais: educação através do ensino formal; educação no processo de gestão ambiental; educação ambiental para usuários de recursos naturais; educação ambiental na ocupação dos meios de comunicação, na articulação e integração das comunidades e instituições.

Pensar em um projeto de educação ambiental no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, é bastante pertinente. Isso abre a oportunidade, por força dos estudos

ambientais efetuados e das recomendações propostas quando da elaboração do Diagnóstico, para se debater e refletir a respeito da situação da região em foco.

Projetos de Educação Ambiental podem ser instrumentos valiosos para a divulgação de questões ambientais e a sensibilização da população a respeito da necessidade de conservação e do uso racional dos recursos naturais.

Seu caráter fundamental, como elemento que possibilitará ao indivíduo uma progressiva interação com o ambiente que o envolve, é muito bem definido pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) que entende Educação Ambiental como "um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental".

No entanto, infelizmente, muito de sua eficácia tem se perdido na medida que as ações de Educação Ambiental mantêm, freqüentemente, um caráter muito genérico, superficial e alheio à realidade da população a qual se dirige. Nesse sentido, as ações específicas dentro do Programa de Educação Ambiental levarão em conta prioritariamente a compatibilização com os objetivos e a agenda de eventos e ações voltadas para mobilização social.

Para que o discurso sobre a natureza se faça acessível é necessário que sua abordagem não se dê só sob o ponto de vista científico, mas sob a ótica do homem comum, pois do meio ambiente o indivíduo retira os recursos indispensáveis à sua sobrevivência e nele atua recriando as paisagens. Existe uma relação física, biológica, psicológica e cultural com o meio circundante e cada pessoa o percebe, sente e compreende de diferentes formas. Assim, torna-se importante investigar a percepção particular que os indivíduos, ou grupos de indivíduos, têm da paisagem que os envolve e os valores determinantes em suas ações sobre ela. Com esses objetivos essa investigação deverá levar em conta questões como: referências geográficas, valorização da paisagem, manejo e uso do solo, áreas de preservação, percepção do ambiente urbano etc.

Esse será um dos eixos norteadores das ações de educação ambiental proposto para a Bacia Piloto do Rio Maranhão. Na tentativa de se planejar um conjunto de ações mais eficazes, que atinja a população de uma maneira simples, clara e particular, procurou-se adequá-lo à necessidade de responder questões já identificadas como emergenciais pelos diferentes grupos da sociedade, durante os eventos realizados na primeira rodada de reuniões nos municípios.

O que vale assinalar é que, ao se instalar o Comitê numa determinada região, este passa a se tornar um agente importante e um parceiro para implementar ações em conjunto com a comunidade e suas organizações, assim como com as instituições públicas ligadas ao tema. Nesse sentido as ações de educação ambiental se integram à agenda do comitê e às atividades de mobilização social.

## **10- PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Atualmente, toda ação de política pública pressupõe o componente mobilização social para sua efetividade. A mobilização tornou-se instrumento imprescindível para viabilização de projetos e programas de ação sobretudo na área ambiental.

O público alvo de uma ação pública na verdade é o ator mais importante porque dá sentido e legitima aquela política. - No espaço “ do público “ essa questão tem relação com a construção da cidadania e da democracia e se viabiliza pelo esforço de mobilização induzida ou não, pelo poder público agente dessa política.

Porém, vale dizer que tal situação não é demonstrativa de avanço social e político mas sim evidenciadora da transformação na forma como as elites dominantes se relacionam com a sociedade civil a partir do Estado. Na prática, os grupos sociais mais comprometidos com a causa ambiental estão buscando o cumprimento e a aplicação das leis ambientais no Brasil, consideradas modernas, mas infelizmente não efetivamente cumpridas.

A implantação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos em bacias hidrográficas e a implementação dos comitês de bacias hidrográficas implicam em modificações profundas no âmbito cultural do Estado Brasileiro. Elas marcam o início da ruptura com políticas desenvolvimentistas e ambientais pontuais e são peças fundamentais para a garantia do sucesso da gestão sustentável dos recursos hídricos no Brasil.

Resumindo, propõe-se a implementação do processo de mobilização social articulado com a Educação Ambiental, de forma que seja potencializada a participação dos grupos sociais na Bacia Piloto do Rio Maranhão, contemplando os seguintes princípios :

#### A - Articulação Entre Mobilização Social e Educação Ambiental

Significa o entendimento de que toda ação entendida como “mobilização social“ tem profundo papel pedagógico, sendo portanto um processo educativo dinâmico e integrante e inserido dentro de um plano ou conceito de educação ambiental e vice versa.

#### B - Construção do " Novo" no Coração dos Velhos Paradigmas.

Entende-se o “conflito“ como parte integrante do processo da negociação e de solução dos problemas, da legitimação das instâncias de decisão e da gestão dos recursos hídricos do nível local até o nacional. Nesse sentido, o Comitê pode ser visto como “ ente “ de poder, instituindo uma nova cultura na gestão pública das águas.

C -Estabelecimento de uma Nova Relação Entre Estado e Sociedade, ampliando-se os espaços de exercício da cidadania, disponibilizando novas referências políticas ao cidadão e democratizando as estâncias do poder publico - democracia com novos referenciais a partir da gestão dos recursos naturais.

D - Superação do Tecnicismo e Visão Burocrática Na Gestão dos Recursos Hídricos, evitando-se a hegemonia de grupos em função do controle da informação, a hegemonia dos técnicos sobre o saber social, possibilitando

um processo de interlocução permanente sobre a gestão dos RH no âmbito do "parlamento das águas" Comitê de Bacia, com crescente e efetiva participação social notadamente nas tomadas de decisões

E - Articulação Permanente e Dinâmica das Ações de Mobilização Social e Educação Ambiental com os Diversos Atores Sociais Políticos e Econômicos da Bacia - significa a articulação e integração do planejamento e das ações a serem executadas pelo Comitê, pelo CIBAPAR, pelas empresas e as organizações da sociedade civil locais, de modo que se possa construir coletivamente novos referenciais políticos e novas práticas.

F - Multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade-Princípios fundamentais da construção do trabalho e do pensamento ambientalista, são também aqui considerados, integrando-se as ações e o papel de vários outros profissionais atuando em diversas atividades para o cumprimento e execução dos produtos ora em desenvolvimento dentro do "Projeto São Francisco/GEF/OEA/PNUMA/SRH para Bacia Piloto do Rio Maranhão, que se expressam na execução das seguintes atividades :

- concepção de um banco de dados referenciados;
- Sistema de Informação de Recursos Hídricos;
- reavaliação do Plano Diretor existente e definição de diretrizes para implantação de um sistema informatizado de outorga de direito do uso da água.
- reavaliação do enquadramento da bacia, implantação de um sistema de cobrança pelo uso da água.

## 11 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Para a implementação de ações específicas de Educação Ambiental, partiu-se dos seguintes pressupostos:

- Integração permanente com o planejamento e as ações voltadas para o cumprimento da mobilização social.
- Estabelecimento de parcerias com as instituições relacionadas aos temas a serem abordados. Contando com o que a região disponibiliza em termos de recursos humanos e materiais, as parcerias poderão se dar através de apoio técnico e logístico. As ações propostas deverão estimular e reforçar as instituições já existentes na região.
- Proposição de que a implementação das ações de Educação Ambiental deverá estar articulada com as ações em planejamento e execução no Comitê da Bacia.
- Desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental, utilizando dois eixos: educação informal destinada ao público em geral e educação formal (acadêmica) destinada ao público escolar. Para o público em geral, deverá ser dada ênfase nas informações mais diretamente ligadas ao tema; para o público escolar, serão abordadas ainda questões da vida cotidiana da comunidade e do meio ambiente que o cerca, enfatizando a questão do valor real da água, promovendo o seu uso racional e reduzindo perdas e desperdícios.
- Ações de Educação Ambiental, articulando temas diversos, porém considerando que já existem ações desenvolvidas pelas empresas da região e por instituições locais como prefeitura e secretarias de saúde e educação, concessionárias de saneamento, como também, organizações não governamentais.

## 11 - LINHAS DE AÇÃO A SEREM ADOTADAS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .

Os pontos apresentados nos itens anteriores apontam limites e possibilidades da ação de mobilização e educação ambiental que devem ser efetivadas superando uma visão de mobilização como algo estático e finito. Sugere-se portanto que sejam integrados todos os tipos de atores envolvidos; os do poder público, os usuários e a sociedade civil organizada . Isto posto, deverão ser empreendidas ações articuladas com o mesmo objetivo final dentro das seguintes linhas:

### **Articulação e Integração Interinstitucional**

Dependendo do ponto de vista daquele que tem interesse político não explícito ou interesse econômico subjacente referente aos recursos hídricos , nem sempre a mobilização é bem vinda e conseqüente. Sugere-se portanto um intenso esforço de "facilitação da comunicação formal e não formal "entre os diversos atores interessados e isto deve ser visto como tarefa- ação e empreendimento eficaz e necessário dentro do comitê, dentro do consórcio, dentro de fóruns derivados da própria mobilização. A tarefa consistirá em reunir sempre os atores certos na hora e momentos certos para superarem suas diferenças de modo que elas não obstruam o processo de Mobilização Social. Este será um desafio presente para implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos na Bacia Piloto do Rio Maranhão.

### **Fortalecimento Institucional**

Possivelmente um dos maiores desafios para implementação dos instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos no País. Principalmente no setor público este desafio talvez seja mais evidente. Deverão ser desenvolvidas ações pró ativas junto às instâncias estatais e aos agentes públicos no sentido da implementação dos princípios da AGENDA 21 local, e animá-los a entender o grande ganho político que é a gestão pública pautada em princípios ambientalistas, contribuindo para democratização das instâncias de decisão dos agentes executores da política ambiental local ou de prestação de serviços ligados ao meio ambiente, tais como; SAAES (Serviços Autônomos de Água e Esgotos), Codemas (Conselhos Municipais de Meio Ambiente) , Secretarias de Meio Ambiente, Grupos de ONG's locais, Agentes de micro bacias.

Portanto será importante o esforço de assessoria aos agentes receptivos, apontando suas iniciativas e assessorando no planejamento de políticas públicas ligadas ou não à questão ambiental, atualizando-os quotidianamente sobre os assuntos. Sugere-se também o apoio e incentivo às organizações sociais para que elas se qualifiquem e se organizem.

Podem ser desenvolvidos procedimentos voltados à divulgação e difusão da imagem institucional do Comitê, procurando-se tanto agregar valores regionais como viabilizar e fomentar a intensificação de processos participativos em diferentes escalas de ação e abrangência.



A importância desse processo de aprimoramento institucional pode ser avaliada tanto pelo reconhecimento de demanda específica voltada à legitimação das decisões norteadoras das atividades de planejamento ambiental, como pela própria necessidade de difusão de informações e conceitos básicos relacionados à gestão sustentável dos recursos hídricos demandados pelos cidadãos e organizações na sub-bacia.

### **Comunicação Social**

As ações de comunicação social são continuamente potencializadoras do processo de gestão e por isso devem ser um ponto bastante aferido e cada vez mais otimizado. Um grande desafio é facilitar a comunicação através de todas as formas de mídia entre os atores envolvidos com a questão da água e levá-los a opinar e interagir com o processo de comunicação em curso. Isso é um desafio que deve ser contemplado dentro de um plano de comunicação voltado para otimização da participação em qualidade e quantidade. Uma comunicação que seja uma prestação de serviço, uma fonte de referência que anime a todos a participar das instâncias de gestão dos recursos hídricos.

### **Educação Ambiental e Mobilização Social**

Nesse contexto, todas as iniciativas devem ter caráter profundamente pedagógico e contínuo. Há uma linha tênue que separa a mobilização e a educação ambiental. Os eventos de educação ambiental por si devem estar dentro de um programa específico mas é importante que toda a ação de educação ambiental invariavelmente potencialize a mobilização social nos termos aqui explícitos. Nesse sentido deve-se ter claro essa distinção permanentemente e não abrir mão de um planejamento independente mas integrado de educação ambiental e mobilização social, seja com ações formais ou não formais, com as empresas, com as escolas e o setor público.

O importante é que tanto a mobilização social quanto a educação ambiental incentivem e adotem técnicas pedagógicas voltadas para ações práticas. Devem fomentar a formação de grupos de trabalho regionais - possivelmente por sub-bacia, com ênfase para formação de elementos multiplicadores e mobilizadores.

### **Gestão da Mobilização Social**

Isto posto, cria-se uma dinâmica natural decorrente da resposta que a sociedade civil dará aos estímulos desse sistema articulado de ações e daí derivar o mais importante que é a administração desse processo para que ele não se perca ou se traduza numa sucessão de eventos que na maioria das vezes viram palco de políticos e interesses inconfessáveis. Sob essa ótica, a mobilização pode até se traduzir num evento, num ajuntamento de grupos ou pessoas mas que tenha sentido. Ou pode até se traduzir em pequenas iniciativas que transcendam seu tamanho em consequência de seu resultado político. Essa gestão é tarefa coletiva e por si é um processo político que deve desaguar no Comitê e ser repontencializado de dentro para fora do mesmo. É a imensa responsabilidade de todos. Sob esse ponto de vista, a mobilização social não é somente uma sucessão de eventos ou ferramenta para implantação dos instrumentos de gestão e sim a dinâmica da própria gestão. As ações de mobilização devem ser quotidianamente avaliadas, reavaliadas e reprogramadas de acordo com as necessidades.

## **10 - AÇÕES VOLTADAS PARA MOBILIZAÇÃO QUE DEVEM SER EFETIVADAS NA BACIA DO RIO MARANHÃO .**

Tendo em vista os pressupostos acima mencionados nos itens 7 e 8 e as linhas de ação definidas no item 9 consideramos que as ações de mobilização social e educação abaixo, têm como principal característica a articulação entre si e sua permanência após sua implantação constituindo doravante, fator fundamental para a gestão dos recursos hídricos na Bacia Piloto do Rio Maranhão - Bacia do Rio Paraopeba. Entende-se que algumas delas serão iniciadas durante a execução do sub-projeto e continuadas sob a responsabilidade do Comitê de Bacia, CIBAPAR e agentes sociais envolvidos. Abaixo é mostrado um resumo das ações, que estão detalhados na tabela a seguir:

1 - Levantamento ,sistematização, atualização e democratização das informações secundárias levantadas no Diagnóstico, com o objetivo de reconhecer a situação organizacional instalada, lideranças emergentes e instituições presentes e atuantes na região, dentre outros fatores que permitam reconhecer o estágio atual de articulação e participação das comunidades em relação aos cursos d'água, em relação a saneamento. Nesse ponto, já é marcante o volume de informações técnicas por causa do trabalho desenvolvido nesta sub-bacia pelo CIBAPAR. É um processo que deve ser permanente e constantemente atualizado e implementado.

2 – Desenvolvimento de pesquisas participativas em sub-bacias e cursos d'água que gerem informações para serem utilizadas pelos próprios moradores e usuários de água e população em geral. Sobretudo aquelas que adotem metodologias apropriadas a cultura local e animadoras para a participação na gestão das águas com interface consistente com a “comunicação social”

3 – Instituição de um centro de referência para atender todas as cidades com todas as informações disponíveis sobre o inventário , o uso e formas de gestão dos recursos hídricos que estão ocorrendo no universo dos cidadãos e no espaço da bacia hidrográfica. Todas as informações sobre água para subsidiar projetos, políticas públicas e empreendimentos de modo que possa contribuir no planejamento do desenvolvimento sustentável local.

4 – Promoção de expedições socioculturais, multidisciplinares nos trajetos dos cursos d'água, envolvendo toda a população daquela micro bacia em estudo, em especial os jovens. Comprovadamente trata-se de evento de grande impacto na animação e agregação de novos atores ao processo de discussão e gestão das águas em todos os níveis.

5 – Instituição de cursos de formação de “AGENTE SOCIAL AMBIENTAL” que são multiplicadores e atores constante do processo na perspectiva inclusive de formação de mão de obra qualificada para o trabalho relacionado à gestão ambiental. Trata-se de uma exitosa experiência de mobilização que combina formação de habilidades práticas nas sub-bacias, utilizando o esforço de pesquisa e de diagnóstico participativo desenvolvido pelo próprio cidadão local trabalhando com conceitos e fundamentos do preservacionismo ambiental, sistematizando informações sobre a degradação e o cenário institucional através de mapas dos rios e córregos georreferenciados (experiência já em adoção na região de abrangência do Lago de Furnas- Sul de

Minas Gerais). A região comporta eventos absorvendo 500 jovens que podem atuar diretamente nas questões ambientais locais.

6 – Criação de eventos e campanhas setorializadas para grupos sociais distintos com vistas a atingir maior quantidade de pessoas possíveis no processo de participação na gestão dos recursos hídricos e política de meio ambiente. Serão eventos de atualização e informação que pode acontecer em especial por grupos sociais específicos nas comunidades principalmente formadores de opinião. Ex: produtores rurais, pescadores etc....

7 - Manutenção de uma agenda dinâmica de fatos e eventos onde sempre um grupo ou outro esteja discutindo ou questionando a questão da gestão água na bacia hidrográfica.

8 – Manutenção de um fluxo permanente de comunicação com a sociedade e entre a sociedade com produção de material educativo e mobilizador direcionado.

9 – Promoção, estímulo e apoio à participação de representantes ou grupos sociais em eventos formativos sobre gestão integrada de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável, que forem promovidos e executados por órgãos e instâncias atuantes no âmbito da Política Ambiental dos recursos hídricos com ênfase em gestão integrada e desenvolvimento sustentável. Trata-se de estímulo, valorização e aperfeiçoamento de novos atores locais identificados, com condições para participação nesses eventos. Ex: cursos sobre enquadramento, sobre cobrança d'água, outorga.

**Tabela: 01**

<b>AÇÕES VOLTADAS PARA MOBILIZAÇÃO QUE DEVEM SER EFETIVADAS NA BACIA PILOTO DO RIO MARANHÃO JANEIRO A JULHO 2002</b>			
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PLANEJAMENTO/ PERÍODO</b>	<b>EXECUÇÃO/ PERÍODO</b>	<b>COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO</b>
1- Levantamento, sistematização, atualização e democratização das informações com o objetivo de reconhecer a situação organizacional instalada, lideranças emergentes e instituições presentes e atuantes na região, dentre outros fatores que permitam reconhecer o estágio atual de articulação e participação das comunidades em relação aos cursos d'água, em relação a saneamento	Atividade a ser desenvolvida pela ECOPLAN, em conjunto com o CIBAPAR	Iniciado em 2001 – Atividade permanente	Coordenação do IGAM, em conjunto com CIBAPAR Execução da ECOPLAN, em conjunto com CIBAPAR

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PLANEJAMENTO/PERÍODO</b>	<b>EXECUÇÃO / PERÍODO</b>	<b>COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO</b>
------------------	-----------------------------	---------------------------	------------------------------

2 – <i>Desenvolver pesquisas participativas em sub bacias e cursos d'águas, enfatizando o resgate de indicadores qualitativos da participação e sensibilidade à questão dos recursos hídricos através de Workshop's e diagnósticos localizados.</i>	Atividade a ser desenvolvida pela ECOPLAN, em conjunto com o CIBAPAR, 1º Trimestre 2002	Início previsto para Abril 2002	Coordenação do IGAM (em conjunto com CIBAPAR) Execução da ECOPLAN (em conjunto com CIBAPAR)
---	---	---------------------------------	--

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO / PERÍODO	EXECUÇÃO / PERÍODO	COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO
3 - Instituir um centro de referência em Conselheiro Lafaiete, para atender as cidades com todas as informações disponíveis sobre o inventário , o uso e formas de gestão dos recursos hídricos que estão ocorrendo no universo dos cidadãos e no espaço da sub-bacia	Atividade a ser desenvolvida pela ECOPLAN, em conjunto com o CIBAPAR, até junho de 2002	A partir de julho 2001	Coordenação do IGAM, em conjunto com Comitê Execução do CIBAPAR

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO /PERÍODO	EXECUÇÃO / PERÍODO	COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO
4 – <i>Promover expedições socioculturais, multidisciplinares nos trajetos dos cursos d'água</i>	Atividade a ser desenvolvida pela ECOPLAN, em conjunto com o CIBAPAR, 2º trimestre	A partir de Julho 2002	Coordenação do IGAM, em conjunto com Comitê Execução do CIBAPAR, em parceria com organizações privadas

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO/PERÍODO	EXECUÇÃO/ PERÍODO	COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO
-----------	----------------------	-------------------	-----------------------

5 - <i>Instituir cursos de formação de "AGENTES SOCIAIS AMBIENTAIS" QUE serão multiplicadores e atores constantes do processo na perspectiva inclusive de formação de mão de obra qualificada para o trabalho relacionado à gestão ambiental.</i>	Iniciado a partir de Novembro 2001 Promover a formação 80 jovens cidadãos agente social ambiental em comitê de bacia	A partir da Segunda quinzena de novembro de 2001	Coordenação do IGAM, em conjunto com CIBAPAR Execução da ECOPLAN(até julho), em conjunto com CIBAPAR, em parcerias com organizações privadas
---	---	--	---

Atividade deve ser mais discutida visando seu planejamento e tomada de decisão em relação à sua execução.

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO/PERÍODO	EXECUÇÃO / PERÍODO	COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO
6 – Promover eventos e campanhas setorizadas para grupos sociais distintos com vistas a atingir maior quantidade de pessoas possíveis no processo de participação na gestão dos recursos hídricos e política de meio ambiente.	A partir de fevereiro 2002	Execução a partir de Junho 2002	Empresas/Ecoplan/Igam/CIBAPAR

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO/PERÍODO	EXECUÇÃO/ PERÍODO	COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO
7 – <i>Manutenção de uma agenda dinâmica</i> de fatos e eventos onde sempre um grupo ou outro esteja discutindo ou questionando a questão da gestão água na bacia hidrográfica. Seminários Técnicos	A partir de março 2002	Iniciar a partir de abril 2002	Coordenação do IGAM, em conjunto com CIBAPAR Execução da ECOPLAN(até julho), em conjunto com CIBAPAR, em parceria com organizações privadas

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO/PERÍODO	EXECUÇÃO/PERÍODO	COORDENAÇÃO/EXECUÇÃO
8 - Manutenção de um fluxo permanente de comunicação com a sociedade com produção de material educativo e mobilizador direcionado.	A partir de março 2002	Atividade permanente	Coordenação do IGAM, em conjunto com CIBAPAR Execução da ECOPLAN(até julho), em conjunto com CIBAPAR, em parceria com organizações privadas

ATIVIDADE	PLANEJAMENTO/PERÍODO	EXECUÇÃO/PERÍODO	COORDENAÇÃO/EXECUÇÃO
9 – Promoção, estímulo e apoio à participação de representantes ou grupos sociais em eventos formativos sobre gestão integrada de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável, que forem promovidos e executados por órgãos e instâncias atuantes no âmbito da Política Ambiental dos recursos hídricos com ênfase em gestão integrada e desenvolvimento sustentável. Trata-se de estímulo, valorização e aperfeiçoamento de novos atores locais identificados, com condições para participação nesses eventos. Ex: cursos sobre enquadramento, sobre cobrança d'água, outorga.	A partir de março 2002	Iniciar a promoção de no mínimo 40 pessoas de várias regiões da bacia Piloto em eventos técnicos	Coordenação do IGAM, em conjunto com CIBAPAR Execução da ECOPLAN(até julho), em conjunto com CIBAPAR, em parceria com organizações privadas

## 11- AÇÕES ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Instituição da 1ª Conferência Regional de Educação Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba, com o objetivo de resgatar e atualizar as experiências e promover a articulação e integração entre todas as iniciativas e empreendimentos voltados para educação ambiental no espaço da Bacia Piloto do Rio Maranhão. O eixo norteador dos trabalhos será a utilização dos recursos hídricos. Na oportunidade serão definidos calendários, será feita avaliações sobre o trabalho executado e troca de experiências exitosas desenvolvidas no âmbito da Sub Bacia do Rio Maranhão.
- Produção de material didático

Será elaborada uma cartilha tratando da realidade local e regional, a partir dos dados obtidos no diagnóstico que fornecerá um material rico sobre os municípios abrangidos pela Bacia Piloto do Rio Maranhão. Tal cartilha deverá ser distribuída em escolas, constituindo fonte de temas paralelos para discussão, dentro da concepção de temas transversais; será ainda fornecida para todas as instituições locais relacionadas à questão ambiental.

Deverão, numa outra etapa, também ser confeccionados filme em vídeo sobre a realidade da Bacia Piloto do Rio Maranhão e da região, assim como um folder contendo fotos, dados e resultados do diagnóstico.

Os principais temas a serem abordados são: hidrografia; solos e geomorfologia; clima; flora e fauna, ocupação histórica e sócio-econômica, conservação (dos solos, da fauna e flora, de recursos hídricos, de patrimônio natural e cultural). O público a que se destina este material será:

Escolas dos municípios da área de abrangência da bacia;

Instituto Estadual de Florestas – IEF;

Polícia Militar Florestal;

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios abrangidos;

Sindicato dos Produtores Rurais dos municípios abrangidos;

Organizações governamentais e não governamentais, ligadas ao tema ambiental dos referidos municípios;

Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Meio Ambiente dos municípios.

- Apoio à Educação Ambiental Formal

O apoio à educação ambiental formal consistirá em disponibilizar para as Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco material para montagem de exposição itinerante sobre a temática de gestão de recursos

hídricos.

O material a ser disponibilizado será constituído de painéis, slides, fotografias e filmes.

Essa disponibilização do material será divulgada nas reuniões e palestras com a comunidade, em jornais, rádios e nas correspondências, previstas nas Ações de Comunicação Social.

- “Encontros Ambientais” com a Comunidade

Pretende-se que tais “encontros ambientais” constituam um espaço informativo/vivencial para estimular a população da Área de Abrangência da Bacia do Rio Maranhão a adotar práticas de conservação dos recursos naturais e culturais da região e para esclarecer suas dúvidas relativas à gestão de recursos hídricos. Nesse sentido sugere-se a promoção de diversos “circuitos de percepção ambiental” que consiste em “excursões e encontros em locais estratégicos da sub bacia”, onde os cidadãos aprofundam e vivenciam os problemas da bacia “in loco”, dentro de um roteiro pré-estabelecido (Tabela 02).

Para serem realmente mobilizadores da comunidade, os encontros pretendem ser agradáveis e informais, podendo incluir palestras, exposições locais com o material didático já mencionado ou utilização de atividades lúdicas como momentos de conotação de casos, poesias, jogos coletivos, improvisação, música, mini-gincana etc.. A abordagem dos temas deve ser feita sob a ótica do cidadão comum, pois do meio ambiente o indivíduo retira os recursos indispensáveis para sua sobrevivência e sobre ele atua recriando as paisagens.

- Atuação junto aos meios de comunicação locais

Deverá ser articulado com as emissoras de rádio existentes na região, a veiculação de informações e apoio às iniciativas conservacionistas da comunidade, e divulgação de eventos. Pode-se, também, prestar apoio para facilitar a realização de programas, como por exemplo, produzir pequenos textos sobre a temática de gestão de recursos hídricos e repassá-los às emissoras e responder à demanda de entrevistas sobre questões ambientais/gestão de bacias, em geral, e fornecer material disponível no Comitê da Bacia.

- Incentivo as iniciativas da sociedade civil em educação ambiental.

Compreende o apoio as iniciativas voluntárias e autônomas desenvolvidas por pessoas ou instituições (ONG's) que estejam voltadas para execução de projetos e ações de educação ambiental principalmente as oriundas do movimento cultural em especial os grupos de teatro, grupos de fomento cultural , voluntários e entidades de classe.



Tabela: 02

<b>ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL JANEIRO A JULHO 2002</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ATIVIDADE</li> </ul>	PLA NEJ/ PERÍOD O	EXEC UÇÃO/ PERIODO	COORDENAÇÃO/ EXECUÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de material didático Será elaborada uma cartilha tratando da realidade local e regional, a partir dos dados obtidos no diagnóstico que fornecerá um material rico sobre os municípios abrangidos pela Bacia Piloto do Rio Maranhão</li> </ul>	ABRIL	JULHO 2002	Coordenação do IGAM, em conjunto com CIBAPAR Execução da ECOPLAN(até julho), em conjunto com CIBAPAR, em parceria com organizações privadas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituição da 1ª. Conferência Regional de Educação Ambiental da Bacia do Rio Paraopeba , com o objetivo de resgatar e atualizar as experiências e promover a articulação e integração entre todas as iniciativas e empreendimentos voltados para educação ambiental no espaço da Bacia Piloto do Rio Maranhão.O eixo norteador dos trabalhos será a utilização dos recursos hídricos. Na oportunidade serão redefinidos calendários , será feita avaliações sobre o trabalho executado e troca de experiências exitosas desenvolvidas no âmbito da Sub Bacia do Rio Maranhão.</li> </ul>	ABRIL/ MAIO	A PARTIR DE JUNHO 2002	IDEM

<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Encontros Ambientais” com a Comunidade (processo a ser conduzido pelo Comitê e pelo CIBAPAR).</li> </ul>	MAIO	A PARTIR DE JULHO 2002	IDEM
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação junto aos meios de comunicação locais</li> </ul> <p>Deverá ser articulado com as emissoras de rádio existentes na região, a veiculação de informações e apoio às iniciativas conservacionistas da comunidade, e divulgação de eventos</p>	Atividade permanente	MARÇO/JUNHO 2002	Parcialmente sob coordenação da Ecoplan, até julho
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo as iniciativas da Sociedade Civil em educação ambiental.</li> </ul> <p>Compreende o apoio as iniciativas voluntárias e autônomas desenvolvidas por pessoas ou instituições (ong,s) que estejam voltadas para execução de projetos e ações de educação ambiental.</p>	Atividade permanente	MARÇO/JUNHO 2002	Parcialmente sob coordenação da Ecoplan, até julho

## 12 – CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pelo CIBAPAR, ECOPLAN, pelas instituições e cidadãos envolvidos, até agora, possibilitaram o surgimento de grupos sociais nas tres cidades. Esses grupos constituem as células iniciais, críticas e pensantes sobre a gestão dos recursos hídricos na Bacia Piloto do Rio Maranhão. Doravante, as ações de mobilização social e educação ambiental devem ser efetivadas dentro do planejamento das atividades do Comitê e do CIBAPAR. As motivações e disposições variam de cidade para cidade e são relativizadas pelo cenário político e poderio econômico dos grandes empreendimentos locais .Isto é um desafio que pode ser enfrentado com as ações articuladas de educação ambiental e mobilização social .

A efetivação dos eventos de mobilização e educação ambiental que ocorrerem dentro do sub-projeto da Bacia Piloto do Rio Maranhão e as propostas subjacentes devem ser efetivadas dentro de um cronograma factível e, dispondo dos recursos humanos e técnicos, contribuirá para a Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos não apenas na Bacia Piloto do Rio Maranhão, mas em toda Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, onde atua o Comitê.

Vale ressaltar ainda que a efetivação exitosa das ações propostas para essa sub-bacia, poderão ser reproduzidas em outras bacias hidrográficas que formam o grande Rio São Francisco, objetivo maior do Plano de Gerenciamento Integrado do Projeto São Francisco/GEF/

OEA/PNUMA/SRH.

O Estado de Minas Gerais tem grande interesse em replicar esta experiência piloto em outras bacias hidrográficas, principalmente no que tange a cobrança pelo uso da água e cadastramento de usuários.